

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINTER

BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



JACIRA TERESINHA SILVA DE QUADROS/ 1201829

ESTUDO SOBRE A EXPORTAÇÃO DE COMMODITIES COM A CRISE
BRASILEIRA: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

**PORTO ALEGRE
2017**

JACIRA TERESINHA SILVA DE QUADROS

Estudo sobre a exportação de Commodities com a crise Brasileira: Aspectos positivos e negativos

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

PORTO ALEGRE
2017

EPÍGRAFE

“O puro realismo não pode oferecer nada além de uma luta nua, pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível. Tendo demolido a utopia atual com as armas do realismo, ainda necessitamos construir uma nova utopia para nós mesmos, que um dia haverá de sucumbir diante das mesmas armas (...) aqui, portanto, está a complexidade, o fascínio e a tragédia de toda a vida política. A política é composta de dois elementos – utopia e realidade – pertencentes a dois planos diferentes que jamais se encontram”.

Edward Hallett Carr, Vinte anos de crise.

Agradecimentos

Primeiramente quero agradecer a Deus, por me dar saúde e força para superar as dificuldades que ocorreram durante esses anos.

Quero agradecer minha mãe, Prasilda da Silva, heroína, que nunca me deixou desistir, me encorajando todos os dias, mesmo quando o cansaço e desânimo tomavam conta de mim.

Ao meu pai, Antonio Silveira de Quadros, que se estivesse junto a nós, tenho certeza estaria orgulhoso no momento.

Um agradecimento especial ao meu marido, Ricardo Ceron, que me apoiou desde o início, me ajudou muito nessa trajetória em especial quando nesse meio tempo, tivemos nosso filho amado Benjamin.

Ao orientador, Leonardo Mercher Coutinho Olimpio de Melo que me ajudou a concluir esse trabalho com suas orientações.

Aos professores e funcionários da Uninter, em especial Roberta Boldrini, minha tutora, pelo apoio e a Instituição em si, pois se não fosse por vocês eu teria realizado meu sonho.

Na vida nada se consegue sozinha, agradeço a todos, que direta ou indiretamente estiveram junto a mim nessa batalha para conquistar meu sonho.

O meu muito obrigada!

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1INTRODUÇÃO.....	7
2 <i>COMMODITIES</i>	8
2.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM COMÉRCIO EXTERIOR:.....	14
3 EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS.....	19
3.1 Dados comparativos das exportações desde 2006 até 2016.....	24
3.2 Principais parceiros que consomem <i>commodities</i>	26
3.3 Comércio Internacional.....	29
3.3.1 Custos e considerações de transporte para exportação.....	31
3.4 Crise mundial e crise financeira no Brasil.....	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	

RESUMO

Este presente trabalho tem por tema central realizar um estudo sobre a Exportação Brasileira de commodities após a crise Brasileira advinda da crise internacional de 2008. Pretende-se explorar com esse tema sobre o mercado brasileiro; quais os produtos mais exportados, os principais entraves de saída do produto do Brasil. Sabe-se que teve mudanças após a crise financeira, principalmente no aumento dos impostos. A metodologia foi uma revisão bibliográfica, descritiva e analítica, onde se analisaram dados secundários oficiais de pesquisas, buscou-se em sites como o Google acadêmico, revistas eletrônicas científicas; livros de autores localizados na biblioteca virtual, além de materiais vistos em aula. Buscou-se descrever a situação das exportações brasileiras, durante a pesquisa percebeu-se um período histórico após o plano Real, para o Brasil, porém buscou-se como parâmetro os anos de 2000 a 2016, porém salienta-se também a importância de averiguar os dados após 2008, onde foi um momento pós crise dos Estados Unidos. Conclui-se que apesar da crise financeira no Brasil está não atingiu significativamente o setor de commodities, e sim produtos industrializados, manufaturados que não foi o foco desta pesquisa. Percebeu-se uma dificuldade de dados atualizados na literatura. Sugere-se para estudos futuros realizar um estudo sobre o impacto da crise financeira na economia brasileira.

Palavras chave: Commodities. Exportação. Crise. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho tem por tema central realizar um estudo sobre a Exportação Brasileira de *commodities* após a crise Brasileira. Pretende-se explorar com esse tema sobre o mercado brasileiro; quais os produtos mais exportados, os principais entraves de saída do produto do Brasil.

Será feito um comparativo de exportação das *commodities* desde o ano de 2000 até 2016. Além disso, será feito um levantamento sobre a política internacional para exportação e as principais *commodities* que são exportadas e os principais parceiros que consomem as *commodities* brasileiras internacionalmente.

Este trabalho se justifica, pois, diante do cenário atual da política e economia no Brasil, torna-se necessário explorar o tema, para saber o impacto disso nas exportações de *commodities*.

Diante do exposto este trabalho responderá a seguinte problemática: Estudo sobre os aspectos positivos e negativos da exportação de *commodities* no Brasil, como a crise econômica afetou as exportações?

O objetivo geral será realizar um estudo sobre os aspectos positivos e negativos sobre a exportação de *commodities* frente a crise econômica do Brasil.

Os objetivos específicos são: identificar quais *commodities* mais sofreram com a crise no Brasil; analisar desde 2000 a 2016 o cenário das *commodities* no Brasil; descrever os dados de pesquisa para responder o objetivo geral.

Quanto aos objetivos, o presente trabalho se classifica como uma pesquisa exploratória pode ser caracterizada como uma pesquisa de levantamento bibliográfico. Quanto a natureza dos dados o tipo de pesquisa utilizado foi descritiva com base nos dados coletados na revisão teórica. Com relação às fontes de informações, o estudo se utilizou de fontes de pesquisa bibliográfica abrangendo leitura, análise e interpretação de livros, artigos científicos, monografias, que serviu de fundamentação teórica.

Para o leitor se inteirar do desenvolvimento da monografia, a mesma dividiu-se da seguinte forma: primeiramente na seção dois, tem-se um estudo sobre o que é *commodities*, na subseção seguinte apresenta a legislação brasileira em comércio exterior; na seção três tem-se um estudo sobre as exportações e importações brasileiras; subseção seguinte apresenta um comparativo das exportações desde

2006 até 2016; na subseção 3.2 tem-se os principais parceiros que consomem commodities; na subseção seguinte, tem-se o comércio internacional; seguindo de uma subseção sobre custos e considerações de transportes para exportação; na subseção 3.4 estuda sobre a crise mundial e financeira no Brasil e por fim as considerações finais.

2 COMMODITIES

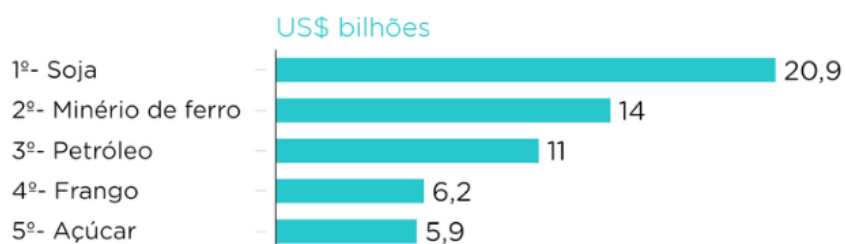
Esta seção explora o conceito de commodities; analisou-se sob a ótica de autores sobre as características de cada uma das commodities. A economia Internacional, as barreiras de cada país para entrada e saída de produtos e a legislação sobre isso.

De acordo com Benedetti *et al* (2012) commodities são mercadorias primárias parcialmente ou não manufaturadas, passíveis de negociação em Bolsas de Mercadoria. O mercado da soja mundial é uma crescente, visto que sua produção apresenta recordes anuais, a produção deste produto se concentra principalmente em 03 países: Estados Unidos, Brasil e Argentina, que detêm cerca de 80% da produção anual.

Conforme Veríssimo; Xavier (2014) commodities são os produtos provenientes de recursos naturais em estado bruto (primário) ou com um pequeno grau de industrialização, esta categoria envolve produtos agrícolas (em estado bruto e/ ou industrializados), minerais (em estado bruto ou industrializado) e energia.

Commodities é um termo em inglês que significa mercadoria. Castro (2016) afirma que as commodities representam 65% do valor das exportações brasileiras. Explica-se os principais produtos na figura a seguir.

Figura 1 – Exportação brasileira em 2015



Fonte: Castro (2016)

Em análise a figura a soja foi o produto que mais se exportou em 2015; seguido do minério de ferro; petróleo; frango e açúcar. Percebe-se a importância do agronegócio no Brasil para a economia.

Conforme site Bolsa de Mercadorias e Futuro, o açúcar é uma commodity que possui longa relação com o Brasil, desde os tempos coloniais, e hoje em dia é uma das principais commodities produzidas no país. Este produto é derivado da cana e os tipos exportados são o branco (refinado), cristal e demerara. A produção deste produto ocorre o ano inteiro em diferentes locais de cultivo, porém a maioria das negociações ocorre no período de safra.

O Boi gordo conforme site Bovespa é uma das principais commodities do país devido ao fato do Brasil ser um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo. Uma forma de evitar oscilação de preço o boi é negociado antecipadamente magro para engorda-los e vendê-los em um período de 6 meses, obtém-se a garantia do preço por meio do mercado futuro.

O café Arábica conforme Rego (2012, p. 3) ocupa o lugar de maior produtor e exportador mundial de café a mais de 150 anos no Brasil, fica apenas atrás dos Estados Unidos no ranking das exportações globais, no passado chegou a exportar 77% da produção e em 2012 caiu para 32%.

Conforme Castro (2016) o frango in natura produzido no Brasil e exportado para o mundo todo é uma commodity. Já produtos feitos a partir dele, como os nuggets e salsichas, não, isto se deve ao seu grau de processamento, não é commodity por ser diferenciado.

Conforme Embrapa (2017) nos últimos anos a produção da soja no Brasil foi de 3,4 milhões de toneladas, isto representa 13,4% ao ano de crescimento. Isto se deu devido ao aumento da produtividade e da área cultivada.

Na tabela a seguir exemplificam-se os estados do Brasil que cultivam a soja em duas décadas.

Tabela 1 – Taxa anual absoluta e relativa de aumento de área cultivada com soja no Brasil e nos estados brasileiros em duas décadas (1996/97 a 2015/16)

	<i>Taxa anual (mil ha)</i>	<i>Taxa anual (%)</i>	<i>R² ajustado</i>
Brasil	1052,1**	9,2**	0,93**
RS	115,0 **	3,9**	0,86**
SC	22,1**	9,2**	0,93**
PR	143,9**	5,8**	0,95**
SP	9,8*	1,7*	0,26 ns
MG	40,1**	7,7**	0,80**
MS	69,3**	8,4**	0,81**
MT	357,1**	17,4**	0,94**
GO	05,9**	10,7**	0,85**
DF	1,8**	5,1**	0,77**
MA	33,2**	27,6**	0,96**
TO	41,8**	190,9**	0,88**
PI	34,7**	193,6**	0,93**
BA	47,5**	10,4**	0,93**
PA	17,8**	686,1**	0,71**
RO	12,4**	374,9**	0,94**

Junior et al (2017)

** e * Coeficientes significativos a 1 e 5% de probabilidade, respectivamente. ns=não significativo.

Conforme observa-se na tabela acima, o estado que mais cresceu foi o Mato Grosso com 357Mil por hectare de produção anual; seguido do Paraná com 143,9 Mil e o Rio Grande do Sul com 115 mil hectares.

Conforme Embrapa (2017) no Rio Grande do Sul ocorreu variação da produtividade da soja ao longo dos 20 anos, devido as variações climáticas. Outro fator observado para o desenvolvimento rural foi a disponibilidade de crédito, ou seja, o produtor brasileiro com dinheiro no bolso investiu em melhores insumos e implementos, o que resultou em maior eficiência.

Junior et al (2017) enfatiza que nos anos entre 96/97 a 2015/2016, ocorreram várias mudanças nos sistemas de produção que limitaram o aumento da produtividade de grãos de soja no Brasil, se destacam:

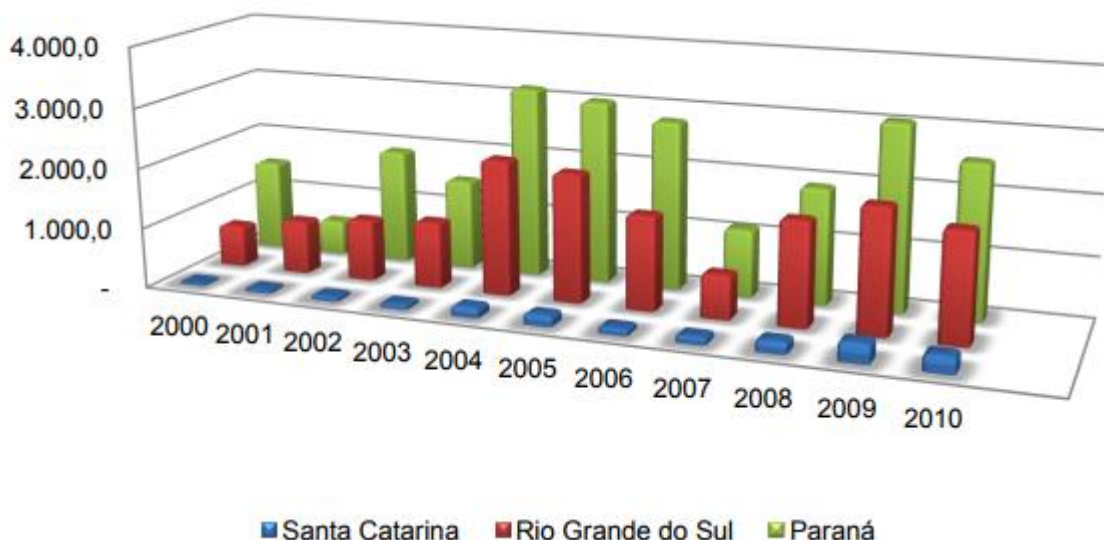
- Implantação da cultura da soja em áreas de pastagens perenes inadequadamente corrigidas;
- Surgimento e/ou aumento de incidência de insetos-praga e doenças, com destaque para a ferrugem asiática;

- Redução da duração do ciclo de desenvolvimento da planta para permitir a semeadura de culturas na segunda safra; sobretudo o milho, o que pode diminuir o potencial de rendimento da cultura em função do menor número de dias para síntese de foto assimilados destinados ao crescimento e à produção de grãos;
- Antecipação da época de semeadura da soja para reduzir problemas fitossanitários no final do ciclo;
- Utilização predominante de sistemas de produção pouco diversificados, embasados na sucessão de culturas;
- Aumento da escala de produção, especialmente na região central do país, o que, juntamente com o encurtamento do período de semeadura, tratamentos culturais e colheita, estimula a calendarização das atividades, o que pode limitar a produtividade da cultura e aumentar os custos de produção.

Silveira (2011) observa que o boom no setor agrícola brasileiro, foi impulsionado pela soja, carne bovina, avicultura, suco de laranja, cana-de-açúcar e milho. A soja e o milho ainda conforme a autora é largamente exportada para a China. A carne bovina é exportada para globalmente, a produção por hectare no Brasil é a melhor do mundo. A carne de frango e miúdos, produzidos com foco no mercado consumidor, são exportados para o Oriente Médio. O suco de laranja tem como um dos principais mercados os Estados Unidos, enquanto a cana-de-açúcar tem duas utilizações, a produção de açúcar que no qual o Brasil é forte na exportação é também a produção do etanol, como biocombustível.

O gráfico a seguir exemplifica os anos 2000 a 2010 um histórico da produção de trigo.

Gráfico 1 Histórico de produção trigo Região Sul

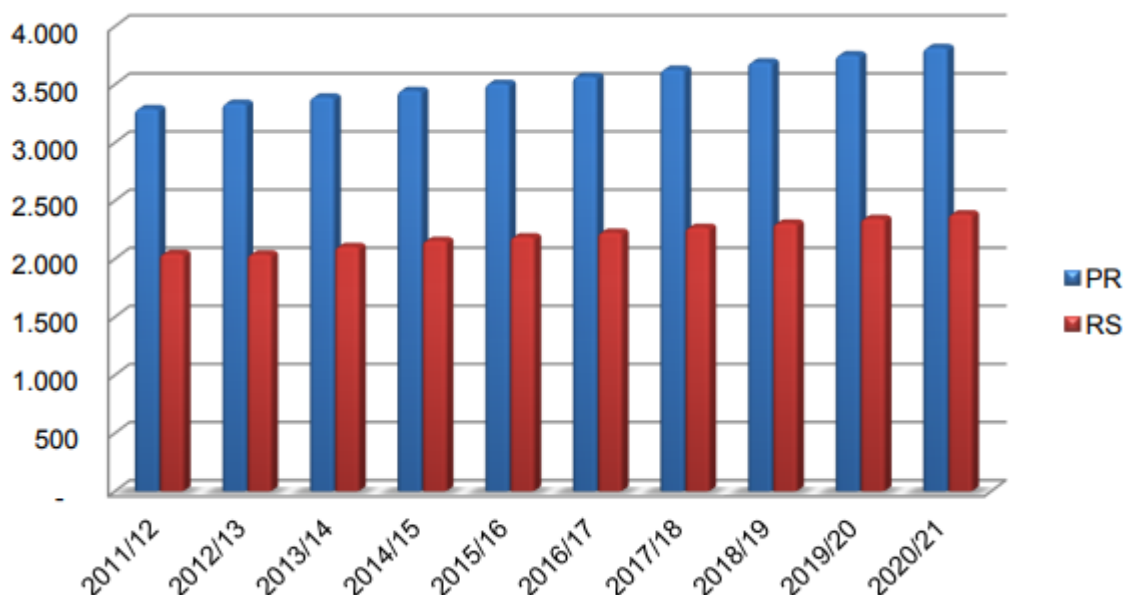


Fonte: CONAB apud Silveira (2011)

Percebe-se pelo gráfico que a Região Sul é a principal produtora de trigo, o estado que mais produz conforme o gráfico é Paraná, seguido do Rio Grande do Sul e por fim Santa Catarina.

Silveira (2011) explica que pôr o trigo ser de uma cultura de inverno, as Regiões Sul são mais propícias com o clima que o trigo deseja, essa região é responsável por 92,3% da produção nacional de trigo. A mesma autora expõe que Minas Gerais e Goiás vem sendo atestada também pela produção.

O próximo gráfico explana uma projeção de produção de trigo no RS e PR com os anos de 2011 até 2021.

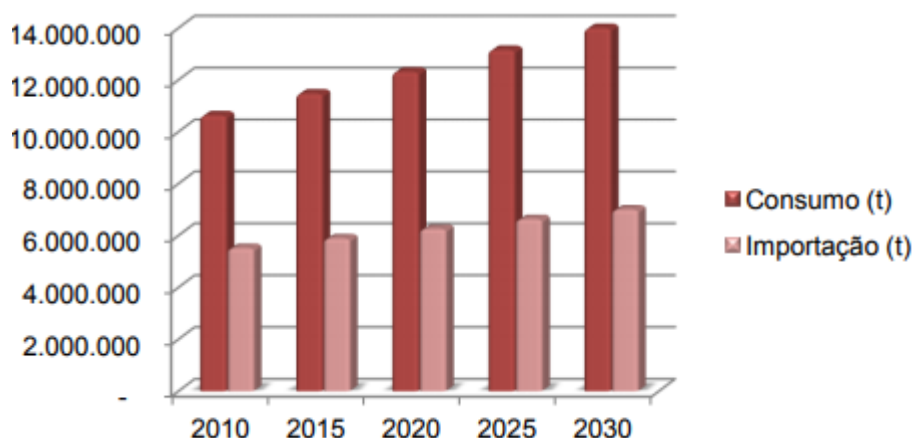
Gráfico 2 Projeção de produção de trigo – RS e PR

Fonte: Silveira (2011)

Percebe-se claramente que o Paraná continuará liderando a produção de trigo, o a commodities tende a crescer, seguido do RS.

Silveira (2011) observa quanto a qualidade do trigo brasileiro, verifica-se a existência de três principais tipos de trigos plantados no país, que são: trigo branco, se serve para a produção de bolachas, bolos, produtos de confeitarias, pizzas e massas, na classe de trigo pão estão os grãos com aptidão para produzir o pão francês e massas folheadas, enquanto a classe de trigo melhorador envolve grãos aptos para mesclas com o trigo branco, para fins de panificação.

Por fim no gráfico a seguir tem-se uma projeção sobre a estimativa de consumo e importação de trigo no Brasil.

Gráfico 3 Estimativa de consumo e importação de trigo no Brasil

Fonte: Agroanalysis *apud* (SILVEIRA, 2011)

Observa-se no gráfico que o crescimento tanto do consumo quanto da importação do produto será gradativo, o consumo interno até 2030 será de quase 14.000 toneladas, e de importação será de 7 mil toneladas.

2.1. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA EM COMÉRCIO EXTERIOR: Principais barreiras

Esta subseção faz uma síntese sobre as principais barreiras do governo brasileiro e estrangeiro para a exportação e importação de produtos.

Conforme Berto (2004) explica que dentro do comércio internacional existem mecanismos também para estimular o crescimento de economias. O autor expõe que o mecanismo mais utilizado para atingir esse objetivo é a barreira comercial imposta por muitos países.

Segundo Abrão (2011) as barreiras podem ser necessárias ou inaceitáveis. São necessárias quando visam proteger a produção nacional e os empregos de determinado país. Tem-se como principais entraves para o livre comércio internacional: Monopólios: ocorre quando um país ou grupo de países tem o monopólio sobre um produto, ficando dono daquele mercado; *Dumping*: consiste em vender no exterior por preço abaixo do custo de produção, com objetivo de destruir o concorrente e ficar dono do mercado; Oligopólio: ocorre quando um mercado está nas mãos de apenas alguns concorrentes, dominando assim o mercado; Trust: quando várias empresas criam uma aliança de forma a tender a um monopólio, impondo preços e condições, forma-se o trust, este é combatido por meio da legislação; Cartel:

configura quando produtoras acordam cotas de participação de preços dentro de um mercado, conservando sua autonomia interna.

(MAIA 2008, *apud* Martins 2014) explica que o protecionismo protege os países dos perigos decorrentes da divisão de produção em caso de crise internacional, isto impede a vulnerabilidade ao dumping, fortalece a indústria nacional e as economias de escala permite a proteção dos recursos naturais e permite a produção de alguns bens de natureza estratégica.

Conforme Berto (2004) as medidas protecionistas podem ser divididas em barreiras tarifárias e não tarifárias. No primeiro caso à indústria nacional se efetiva por meio da imposição de tarifas aduaneiras sobre os produtos importados; a consequência é a majoração de preços dos importados, incentivando o consumo dos produtos nacionais.

Conforme acordado no tratado de Assunção foi adotada uma tarifa externa comum, chama-se (TEC). A TEC é uma alíquota de imposto cobrada na importação de produtos de países que não fazem parte do bloco e tem por objetivo estimular a competitividade dos membros do bloco. Kume; Piani (2005) explicam que a TEC aprovada pelo Mercosul apresentava uma média de 12%, em uma amplitude de 0 a 20% em alíquotas que variavam entre 0 e 12% de insumos, de 12% a 16% de bens de capital de 18% a 20% de bens de consumo. Ainda conforme os mesmos autores tiveram-se críticas sobre a estrutura tarifária, pois em detrimento do excessivo número de alíquotas, que poderia haver uma maior simplicidade na administração aduaneira e à falta de uniformidade da proteção efetiva.

Conforme Abimaq as barreiras não tarifárias (BNTs) são quaisquer mecanismos e instrumentos de política econômica que influenciam o comércio internacional sem o uso de mecanismos tarifários. Conforme o site o tipo clássico de BTN são: as cotas de importação: são uma forma de restrição à quantidade de produtos importados, limitada a um número pré estabelecido alocado sob a base global ou específica, essas cotas podem ser combinadas às barreiras tarifárias tradicionais, com tarifas que variam entre um valor mais baixo, quando a quantidade importada ainda está abaixo da quota; barreiras técnicas: é um tipo de barreira não tarifária, são reguladas pelo Acordo Sobre Barreiras Técnicas ao comércio (TBT em inglês), o site cita ainda que é possível restringir barreiras técnicas a produtos específicos com a proibição da entrada de carne onde haja epidemia animal ou a criação de critérios de higiene mínimos para o transporte de cerveja por exemplo.

“A heterogeneidade e o diverso grau de industrialização e desenvolvimento econômico de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai sempre causaram dificuldades para o funcionamento do Bloco, ainda enquanto área de livre comércio e mais ainda na situação de União Aduaneira, que nunca se efetivou plenamente: há muitas perfurações da tarifa externa comum e acumulam-se exceções na cobrança de tarifas no comércio intra Mercosul.” (FORJAZ, 2006)

Peixoto (2015) afirma que no Brasil pode-se observar maior incidência de barreiras não tarifárias do que tarifárias às importações. Para o aperfeiçoamento da união aduaneira, os Acordos de Complementação Econômica (ACE) são importantes tratativas, pelos quais fixam tarifas de importação e exportação e isentam o Imposto de Importação para diversos produtos no comércio internacional entre os membros do bloco.

Segundo Andrade (2007) as barreiras não tarifárias estão intimamente relacionadas com a questão da competitividade. O conhecimento tanto empírico quanto conceitual das barreiras é limitado ou dificultado pela baixa padronização dos métodos e pelos dados, inadequados ou desatualizados.

Conforme Mereles (2017) a Venezuela foi incorporada como um dos Estados Parte em 2012, mas está suspensa desde dezembro de 2016 pela demora em cumprir questões comerciais dentro do bloco. Em 2017 depois de violações de princípios democráticos na crise que assola a Venezuela, os países fundadores do Mercosul decidiram suspender a do bloco por ruptura de ordem democrática.

Sasaki (2016) afirma que as normas do bloco dificultam o estabelecimento de acordos de livre comércio com outros países e blocos econômicos. Atualmente o Mercosul possui acordos desse tipo somente com Egito, Israel e Palestina, as negociações com a União Europeia estão travadas a mais de uma década por falta de consenso entre os membros. Além do mais conforme o mesmo autor os países que fazem parte do bloco não podem negociar acordos comerciais individualmente. Como exemplo, as normas da TEC restringem a possibilidade de o Brasil fechar um acordo de livre comércio com Japão se o Uruguai não quiser, como se diz: “ou se negocia em bloco ou nada feito”.

Segundo Peixoto (2015) as principais barreiras tarifárias na importação brasileira são: o imposto de importação, as taxas alfandegárias e a valoração aduaneira. Essas barreiras incidem diretamente sobre o preço do produto, visando dificultar a entrada de determinado produto em território nacional. A mesma autora

expõe que essas barreiras tarifárias são utilizadas como um mecanismo de defesa à indústria doméstica.

Junior (2003) exemplifica que o Mercosul representa a experiência mais bem-sucedida na América Latina, onde não se restringe apenas a um espaço consumista de livre circulação, mas a busca a alcançar uma melhor qualidade de vida para os cidadãos, uma maior integração e desenvolvimento de âmbito econômico e social.

Como exemplo de taxas cobradas pela TEC do Mercosul, a tabela abaixo expõe os diversos produtos e suas respectivas taxas, apresenta-se as estimativas de tarifas nominal e efetiva por setor de atividade.

Tabela 2 Tarifa externa comum do Mercosul prevista para 2006, nominal e efetiva por setor de atividade.

Código	Atividade	Nominal (%)	Efetiva (%)
1	Agropecuária	3,8	2,9
2	Extrativa Mineral (exceto combustíveis)	3,9	1,7
3	Petróleo e Carvão	0,0	-1,8
4	Produtos Minerais Metálicos	11,5	13,3
5	Siderurgia	8,0	12,5
6	Metalurgia dos Não-ferrosos	10,0	10,3
4	Outros Produtos Metalúrgicos	15,8	21,2
8	Máquinas e Tratores	13,8	14,2
10	Material Elétrico	16,0	20,0
11	Equipamentos Eletrônicos	13,1	12,9
12	Automóveis, Caminhões e Ônibus	34,0	124,0
13	Outros Veículos e Peças	13,8	14,2
14	Madeira e Mobiliário	11,0	13,1
15	Celulose, Papel e Gráfica	11,9	12,7
16	Borracha	12,8	14,7
17	Fabricação de Elementos Químicos	12,8	13,9
18	Refino de Petróleo	4,6	5,3
19	Produtos Químicos Diversos	8,8	10,6
20	Farmacêutica e Perfumaria	10,0	9,9
21	Artigos de Plástico	16,5	20,6
22	Têxtil	16,4	21,8
23	Vestuário	19,6	22,3
24	Couros e Calçados	14,2	15,7
25	Indústria do Café	11,3	11,7
26	Beneficiamento de Produtos Vegetais	12,1	22,2
27	Abate de Animais	9,8	9,8
28	Indústria de Laticínios	15,6	16,6
29	Açúcar	16,0	16,9
30	Fabricação de Óleos Vegetais	8,7	9,9
31	Bebidas e outros Produtos Alimentares	15,7	23,6
32	Produtos Diversos	14,4	16,1
	Média Simples	12,4	17,2
	Média Simples, Exceto Automóveis, Ônibus	11,7	13,6
	Mediana	12,8	13,9
	Mediana, Exceto Automóveis, Ônibus	12,5	13,6
	Mínimo	0,0	- 1,8
	Máximo	34,0	124,0
	Máximo, exceto Automóveis, Ônibus	19,6	23,6
	Desvio-padrão	5,9	20,7
	Desvio-padrão, exceto Automóveis, Ônibus	4,4	6,2

Kume; Piani (2005)

Conforme a tabela acima os setores mais favorecidos e protegidos na visão de Kume; Piani (2005) foram: automóveis, caminhões e ônibus (124%); bebidas e outros produtos alimentares (23,6%); vestuário (22,3%) beneficiamento de produtos vegetais (22,2%); e outros produtos metalúrgicos (21,1%).

(MARTINS, 2002 *apud* GUIMARÃES; SIQUEIRA, 2011) citam que conforme a União Europeia e União Aduaneira é perfeita, pois 100% dos produtos importados de fora para dentro do bloco o são com a mesma tarifa, a União Aduaneira do Mercosul é imperfeita, pois com o fim de proteger determinados setores industriais, os quatro países relacionaram produtos que não são importados com a mesma tarifa.

Outro problema no atual acordo da tarifa é o fato que os países acabam cobrando-a em duplicidade na importação de um produto de fora do Mercosul. Quando uma mercadoria chega ao porto de Santos, por exemplo, é cobrada a TEC. Se o produto avançar para o Uruguai, a mercadoria será tarifada novamente. Acabar com a bitributação afetaria principalmente ao Paraguai, onde a arrecadação pública necessita do comércio de triangulação, mas todos os membros acabam beneficiando-se da renda aduaneira.

Guimarães (2010) explica que essa bitributação era positiva para o Paraguai porque 20% da sua arrecadação de tributos era gerada por essa tarifa de importação, com o fim da cobrança o Paraguai perderia esses 20%. No entanto atualmente as mercadorias de origem de fora do Mercosul pagam a TEC e se for reexportada, pagavam novamente. Com o acordo as mercadorias que entram pagam os encargos aduaneiros uma única vez e poderão circular livremente pelos países sócios do Mercosul. Desta forma resolveria o entrave da TEC para livre negociação e o Mercosul ficaria nos moldes da União Europeia.

O Protocolo de Ouro Preto consolidou a estrutura institucional já existente e sua principal modificação foi no sentido de gerenciar a Tarifa Externa Comum, como forma de viabilizar o estabelecimento da união aduaneira. Este protocolo define melhor as atribuições e competências dos órgãos existentes, porém não apresentou inovação significativa no que se refere à construção de mecanismos institucionais que permitem o aprofundamento do bloco. (MARIANO, 2007, 117).

Segundo Baumann (2001) a partir da assinatura do tratado de Assunção, em 1991, teve início o programa de liberação comercial entre os países-membros. Foi

acordado que se procederia a uma redução semestral de 7% em todas as tarifas incidentes sobre os produtos comercializados entre os 04 países, partindo de uma redução inicial de 47%. O mesmo autor explica que dentre as dificuldades existentes as resistências por parte da Argentina em razão dos desequilíbrios externos daquele país em 92 e 93, havia diferenças expressivas na estrutura tarifária dos países envolvidos:

- O Brasil tinha alíquotas baixas para matérias primas e produtos agrícolas (0 a 10%), tarifas médias ou altas para insumos industriais (10 a 20%).
- Na Argentina os insumos industriais tinham tarifas mais baixas e, nos setores de bens de capitais e informática a alíquota era zero.
- O Paraguai tinha tarifa baixa para a maior parte dos produtos;
- O Uruguai tinha tarifas altas para produtos agrícolas e baixas para insumos agrícolas e industriais.

Mariano (2001) destaca que a falta de uma unificação dessas tarifas foi um dos obstáculos para o esboço da Tarifa Externa Comum, a TEC, o processo de negociação dessa tarifa teve início sem que a metodologia a ser utilizada fosse clara.

A tarifa externa comum conforme Melo (2011) é de fundamental importância para o desenvolvimento do projeto de integração a que se propôs o MERCOSUL e engloba uma nomenclatura comum, que é uma padronização/uniformização dos produtos objetos de importação.

Andrade (2007) expõe que o acordo sobre a agricultura trouxe uma relativa melhoria de acesso ao mercado ao desenvolver o conceito de quotas tarifárias, este estabelece dois patamares de impostos aduaneiros. Essas quotas tarifárias prejudicam mais os países em desenvolvimento que apresentam uma baixa diversidade de produtos agrícolas em sua pauta de exportação.

3 EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Esta seção tem por objetivo observar quais países são os maiores parceiros do Brasil nas importações e exportações de commodities e outros produtos. Por meio de gráficos pode-se fazer uma análise.

Conforme site da Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB (2012) o comércio exterior brasileiro vem obtendo nos últimos 10 anos excelente desempenho.

Ainda conforme o site, após o Brasil apresentar déficits comerciais na época de implantação do Plano Real e crises internacionais, porém a partir de 2001 o Brasil voltou a geral superávit comercial.

Corrêa (2009) afirma que a crise econômica mundial provocou uma mudança no perfil do Brasil como exportador. A participação dos produtos básicos (commodities que não passaram por processo industrial) no total das vendas externas do mês superou a dos manufaturados.

Conforme Brasil (1966) em seu artigo 3º do código tributário imposto é um tributo e toda a prestação pecuniária compulsória, em moeda cujo valor nela possa se exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa.

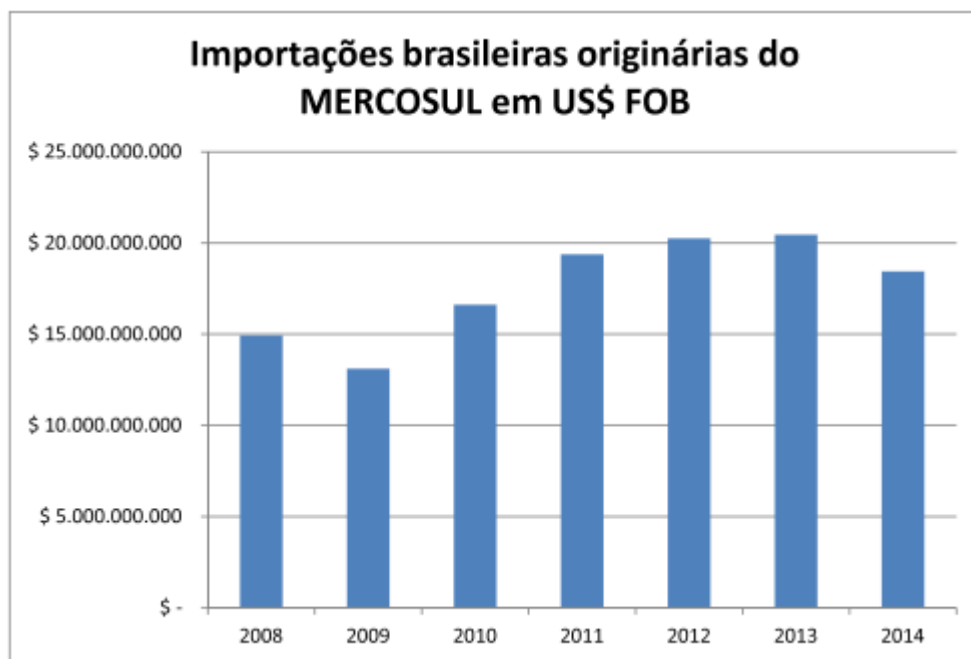
Em Brasil (2009) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, a zona primária é constituída pelas seguintes áreas demarcadas pela autoridade aduaneira local: área terrestre ou aquática; contínua ou descontínua nos portos alfandegados; área terrestre, nos aeroportos alfandegados; área terrestre que compreende os pontos de fronteira alfandegados e zona secundária, que compreende a parte restante do território aduaneiro, nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.

Machado (2009) conceitua imposto de importação, conhecido como tarifa aduaneira, é de competência da União Federal, se trata de um imposto com implicações no relacionamento do País com o exterior. A função do imposto de importação é importante como instrumento de proteção da indústria nacional como instrumento de arrecadação de recursos financeiros para o tesouro público. O mesmo autor explica que se não existisse o imposto de importação, a maioria dos produtos industrializados no Brasil não teria condições de competir no mercado com seus similares produzidos em países mais desenvolvidos.

O site da Bovespa BR.advfn confirma a informação da AEB, pois em 2015 a balança comercial acumulou um superávit de U\$\$ 19,681 bilhões.

O gráfico a seguir demonstra um comparativo das importações brasileiras originárias do Mercosul em US\$

Gráfico 4 – Importações brasileiras originárias do Mercosul



Fonte: MDIC (2015 apud PEIXOTO 2015)

Percebe-se pelo gráfico que no ano de 2008 as importações totalizavam 15.000 dólares tendo uma queda em 2009 e um salto para 20.000 dólares em 2012, tendo um crescimento em 2013, tendo uma leve queda em 2014.

No gráfico 5, buscou-se uma estimativa de importação brasileira dos anos de 2003 a junho de 2017, como um comparativo com Mercosul.

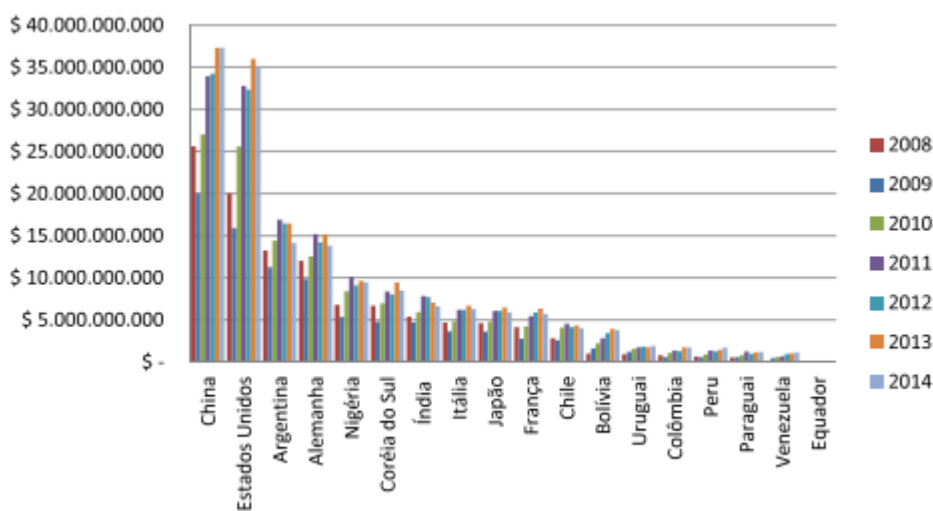
Gráfico 5 indústrias da transformação penetração de importações



Fonte: abimaq.org.br

O gráfico 5 demonstra uma estimativa econômica na cor marrom, percebe-se que a estimativa foi bem positiva em relação à realidade, teve-se queda nas importações a partir de 2013, tendo continuidade até 2016, no ano de 2017 até o mês de junho teve uma leve alta. Este gráfico desprende de informações de importação principalmente da china, conforme o site da Abimaq, comparando-se com o gráfico 4 manteve-se um equilíbrio de importações tanto pelo Mercosul como os outros países.

Gráfico 6 Países fornecedores do Brasil



Fonte: MDIC (2015 apud PEIXOTO 2015)

Percebe-se pelo gráfico que a China é o principal país fornecedor ao Brasil e faz parte da Ásia, seguido dos Estados Unidos, sendo a Argentina que representa o

Mercosul nestes dados, somando-se aos outros países do Mercosul, Uruguai, Venezuela e Paraguai.

Peixoto (2015) enfatiza o quanto o Brasil é importante para o Mercosul e para o comércio regional, conclui-se que se tivesse uma maior integração e comprometimento dos países do bloco os índices poderiam ser melhores ainda.

A tabela a seguir exemplifica por um período desde 1993 até setembro de 2017 o saldo da balança comercial de exportação e importação.

Tabela 3– balança comercial: exportação e importação

Balança Comercial	Exportação	Importação	Saldo	Taxa de Cobertura
2017	164,608	111,325	53,283	147,86
2016	185,244	137,552	47,692	134,67
2015	191,134	171,453	19,681	114,79
2014	225,101	229,060	-3,959	98,27
2013	242,178	239,617	2,561	101,07
2012	242,468	223,142	19,438	108,71
2011	256,041	226,251	29,790	113,17
2010	201,916	181,638	20,278	111,16
2009	152,252	127,637	24,615	119,29
2008	197,953	173,148	24,805	114,33
2007	160,649	120,620	40,039	133,19
2006	137,807	91,350	46,457	150,86
2005	118,309	73,545	44,764	160,87
2004	96,475	62,779	33,696	153,67
2003	73,084	48,283	24,801	151,37
2002	60,141	47,048	13,093	127,83
2001	58,223	55,581	2,642	104,75
2000	55,086	55,783	-0,697	98,75
1999	48,011	49,272	-1,261	97,44
1998	51,120	57,594	-6,474	88,76
1997	52,990	61,347	-8,357	86,38
1996	47,747	53,301	-5,554	89,58
1995	46,506	49,664	-3,158	93,64
1994	43,545	33,105	10,440	131,54
1993	38,597	25,659	12,938	150,42

Fonte: <http://br.advn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>

Em análise a tabela, percebe-se nitidamente 02 períodos de superávit e déficit, após a implantação do Real em 1994, teve-se um crescimento das exportações até 2007, em 2008 após com a crise dos Estados Unidos, começou a decrescer os números chegando a 186 milhões em 2016.

Corrêa (2009) explica que ocorreu um aumento da participação das commodities e uma queda nos produtos manufaturados, tudo isto foi acentuado pela crise econômica que provocou esta queda.

A tabela a seguir demonstra o preço médio das commodities exportadas.

Tabela 4 Preços médios das commodities

PRODUTOS	PREÇOS MÉDIOS DE EXPORTAÇÃO – US\$ / TON												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Café cru	1613	964	770	951	1240	1861	1984	2270	2637	2294	2893	4466	4600
Soja grão	190	177	190	216	280	238	227	283	447	400	380	495	430
Farelo Soja	176	183	176	191	226	199	196	237	355	375	345	397	310
Fumo folha	2380	2116	2103	2258	2383	2693	2993	3160	3958	4521	5490	5395	5300
Açúcar brut	175	198	146	162	158	206	307	251	268	333	444	573	530
Açúcar ref.	203	215	172	173	182	234	368	285	313	376	489	652	590
Suco laranj	832	666	867	750	668	625	829	1090	972	783	897	1184	1250
Carne frang	889	1034	834	889	1029	1203	1130	1402	1781	1475	1673	1979	1950
Carne bov	2668	2006	1804	1862	2122	2228	2558	2711	3917	3264	4059	5083	5000
Carne suín	1403	1400	1045	1150	1580	1938	2045	2104	2918	2102	2645	2949	2900
Celulose	532	374	337	382	345	367	397	458	542	385	540	561	510
Couros	3891	4180	4162	4157	4080	4266	4600	5647	6474	3766	5074	5851	5800
Minério	19	19	18	20	22	33	37	39	59	50	93	126	105
Alumínio	1536	1446	1322	1376	1633	1816	2435	2608	2590	1561	2113	2395	2000
Petróleo	164	126	139	168	210	291	359	405	606	342	495	691	690

Fonte:MDIC/ AEB

O site AEB explica que os recordes das cotações de commodities em 2011, alcançados foram graças à forte demanda da China e ao favorável cenário econômico internacional. A única commodity que reduziu a quantidade exportada em 2011 foi o alumínio, por decorrência do aumento da tarifa interna de energia elétrica, que elevou o custo de produção, e da valorização do real, isto tornou cara a exportação do alumínio.

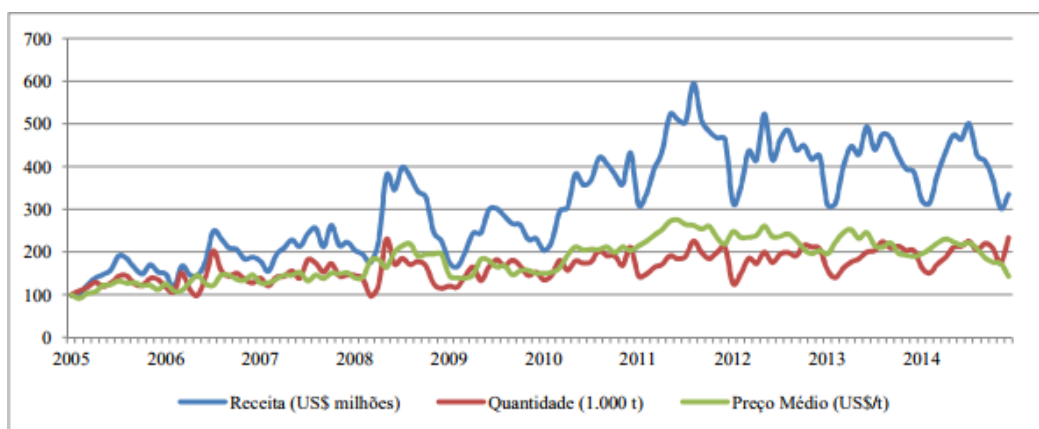
3.1. Dados comparativos das exportações desde 2006 até 2016

Esta subseção apresenta dados secundários de pesquisas com o objetivo de comparar o crescimento das exportações de commodities e observar se ocorreram impactos nas exportações após a crise financeira no Brasil.

Conforme sessa; Simonato; Domingues (2016) os preços internacionais das commodities apresentaram grande evolução desde o ano de 2005 e mesmo com a crise de 2008, esses preços permanecem em níveis bem maiores que os registrados até então.

A figura a seguir exemplifica a oscilação dos preços médios de exportações de commodities nos anos de 2005 a 2014.

Figura 2 – Receita, Quantidade e preço médio das exportações de commodities (2005-2014).



Fonte: Sessa; Simonato; Domingues (2016)

Percebe-se que os preços oscilaram, porém, a receita teve um salto de 100 milhões de dólares em 2005, em 2014 ficou em 500 milhões de dólares em 2014, tendo uma queda para 300 milhões de dólares no mesmo ano e se mantendo. Na curva relacionada ao preço dos produtos de commodities tiveram uma redução.

Conforme Sessa; Simonato; Domingues (2016) com a crise de 2008, os preços das commodities foram reduzidos, mas houve uma rápida recuperação e mesmo após a desaceleração econômica associada à crise da zona do euro e ao menor ritmo de crescimento da China.

Baltar (2015) lembra que o boom internacional de commodities, a política macroeconômica priorizou o controle da inflação por meio da contenção monetária e das altas taxas de juros, a liberdade de movimento de capital e liberdade para desenvolver e operar o mercado de derivativos de câmbio marcaram tanto a retomada de crescimento da economia em 2004-2008. O mesmo autor disserta que a exportação de commodities cobriu o déficit do comércio com produtos manufaturados.

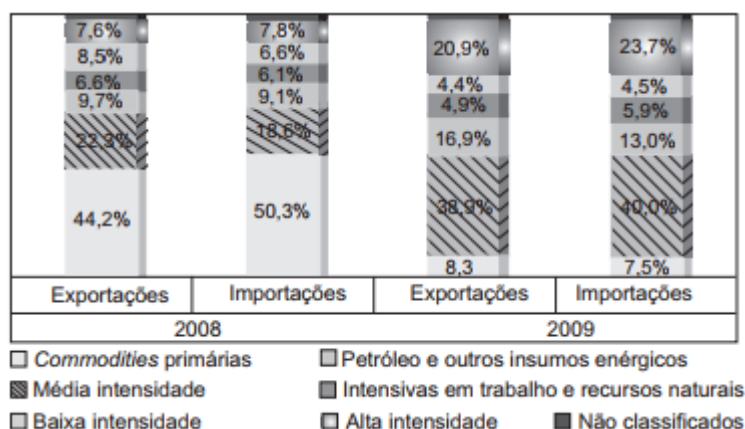
Gonçalves (2008) expõe que além da crise cambial na queda das reservas internacionais e nas medidas tomadas pelo governo, o país tem vulnerabilidade externa estrutural séria, essa tendência decorre da forte dependência em relação ao mercado internacional de commodities, da liberação cambial e financeira, tudo isto implicou em uma queda forte e abrupta dos preços das *commodities*.

Prates; Cunha; Lélis (2011) corroboram que o desempenho mais favorável das exportações dos países emergentes, decorreu da aceleração do ritmo de crescimento

dos preços das commodities até meado de 2011, isto constituiu um dos efeitos colaterais da crise financeira internacional.

A figura a seguir exemplifica a composição das exportações e importações por conteúdo tecnológico %.

Figura 3 Composição das exportações e importações por conteúdo



Fonte: Prates; Cunha; Lélis (2011)

Percebe-se resultados com alta disparidade das exportações e importações referente aos anos de 2008 e 2009.

Prates; Cunha; Lélis (2011) indica três fatores responsáveis pelos resultados da figura 3, ao lado do maior peso da economia emergente, assumiram a dianteira na recuperação e elasticidade da demanda por commodities é mais elevada do que nos países avançados, além do aumento da demanda da China, os investimentos especulativos nos mercados de commodities e a formação de estoques, pelo excesso de liquidez e a desvalorização do dólar.

3.2 Principais parceiros que consomem *commodities*

Esta subseção expõe uma visão sobre os parceiros que mais compram commodities do Brasil e quais produtos são consumidos.

Conforme Jank; Nassar; Tachinardi (2004-2005) a ascensão do agronegócio teve o seu momento de queda quando ocorreu a desvalorização do real em 1999. A partir disto ocorreu um salto na produção de grãos de 80 milhões para 125 milhões de toneladas, neste período a China e outros países asiáticos entraram no mercado comprando grandes volumes de alimentos, a China é o primeiro comprador de soja

em grão do Brasil, no entanto como bloco a União Europeia é a maior cliente brasileira da *commodity*.

A tabela 3 exemplifica os principais destinos da exportação de commodities do Brasil entre os anos de 1990 a 2011.

Tabela 5 Destino das Exportações Brasileiras

PAÍSES	PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES - %											
	1990	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
China	1,2	2,0	4,2	6,2	5,6	5,8	6,1	6,7	8,4	13,7	15,2	17,3
EUA	24,2	23,9	25,4	22,8	20,8	19,0	17,8	15,6	13,8	10,2	9,6	10,1
Argentina	2,1	11,3	3,9	6,2	7,6	8,4	8,5	9,0	8,9	8,4	9,2	8,9
Holanda	7,9	5,1	5,3	5,8	6,1	4,5	4,2	5,5	5,3	5,3	5,1	5,3
Japão	7,5	4,5	3,5	3,2	2,9	2,9	2,8	2,7	3,1	2,8	3,5	3,7
Alemanha	5,9	4,6	4,2	4,3	4,2	4,3	4,1	4,5	4,5	4,0	4,0	3,5
Itália	5,1	3,9	3,0	3,0	3,0	2,7	2,8	2,8	2,4	2,0	2,1	2,1
Chile	1,5	2,3	2,4	2,6	2,6	3,1	2,8	2,7	2,4	1,7	2,1	2,1
Reino Un.	3,0	2,7	2,9	2,6	2,2	2,2	2,1	2,1	1,9	2,4	2,3	2,0
Coréia Su	1,7	1,1	1,4	1,7	1,5	1,6	1,4	1,3	1,6	1,7	1,9	1,8
Venezuela	0,8	1,4	1,3	0,8	1,5	1,9	2,6	2,9	2,6	2,4	1,9	1,8
Espanha	2,2	1,8	1,8	2,1	2,1	1,8	1,7	2,1	2,0	1,7	1,9	1,8
Rússia	0,7*	0,8	2,1	2,1	1,7	2,5	2,5	2,3	2,4	1,9	2,1	1,7
França	2,9	3,1	2,5	2,4	2,3	2,1	1,9	2,2	2,1	1,9	1,8	1,7
Bélgica	3,1	3,2	3,1	2,5	2,0	1,8	2,2	2,4	2,2	2,1	1,7	1,6
México	1,6	3,1	3,9	3,8	4,1	3,4	3,2	2,7	2,2	1,8	1,8	1,5
Arábia Sd	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1	0,9	1,3	1,3	1,5	1,4
Índia	0,5	0,4	1,1	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6	2,2	1,7	1,3
Paraguai	1,2	1,5	0,9	1,0	0,9	0,8	0,9	1,0	1,3	1,1	1,3	1,2
Colômbia	0,5	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2	1,6	1,5	1,2	1,2	1,1	1,0
Egito	0,6	0,4	0,6	0,6	0,7	0,7	1,0	0,8	0,7	0,9	1,0	1,0
Uruguai	0,9	1,2	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9
Peru	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	1,1	1,0	1,2	1,0	1,0	0,9
África Sul	0,5	0,6	0,8	1,0	1,1	1,2	1,1	1,1	0,9	0,8	0,7	0,7
Bolívia	0,6	0,7	0,7	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Nigéria	0,6	0,5	0,8	0,6	0,5	0,8	1,0	0,9	0,8	0,7	0,4	0,5
Angola	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,6	0,8	1,0	0,9	0,5	0,4

Fonte:MDIC/ AEB

Conforme percebe-se na tabela acima a China teve um crescimento gradativo na compra de commodities do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos em 17,3% contra 10,1% em 2011.

Conforme site Comex o ranking ainda é liderado pela China em 2016 correspondente a 21% das exportações globais do Brasil, os Estados Unidos continuam em segundo lugar com um resultado de compras com um valor de 12,1%.

A tabela a seguir expõe as principais commodities exportadas e seus respectivos compradores.

Tabela 6 Principais compradores dos produtos exportados pelo Brasil (em %)

Produto	Compradores	2000	Compradores	2011
Minérios de ferro e seus concentrados	Total	5,53	Total	16,33
	Japão	0,83	China	7,73
	Alemanha	0,78	Japão	1,72
	China	0,49	Holanda	0,79
Óleos brutos de petróleo	Total	0,29	Total	8,44
	Argentina	0,20	Estados Unidos	2,26
	Santa Lúcia	0,09	China	1,91
	Emirados Árabes	0	Santa Lúcia	1,15
Soja mesmo triturada	Total	3,97	Total	6,38
	Holanda	1,19	China	4,28
	China	0,61	Espanha	0,47
	Espanha	0,40	Holanda	0,28
Açúcar de cana, em estado bruto	Total	1,38	Total	4,51
	Rússia	0,53	Rússia	0,72
	Estados Unidos	0,13	China	0,45
	Emirados Árabes	0,12	Egito	0,34
Café cru em grão	Total	2,83	Total	3,12
	Alemanha	0,49	Estados Unidos	0,70
	Estados Unidos	0,40	Alemanha	0,65
	Itália	0,32	Itália	0,30
Carne de frango congelada, fresca ou refrig. incl. miúdos	Total	1,46	Total	2,76
	Arábia Saudita	0,31	Japão	0,52
	Japão	0,22	Arábia Saudita	0,47
	Hong Kong	0,11	Hong Kong	0,22
Barelo e resíduos da extração de óleo de soja	Total	3,00	Total	2,23
	França	0,75	Holanda	0,64
	Holanda	0,75	França	0,30
	Bélgica	0,17	Alemanha	0,22
Pastas químicas de madeira	Total	2,91	Total	1,95
	Estados Unidos	0,78	China	0,51
	Bélgica	0,53	Holanda	0,41
	Japão	0,36	Estados Unidos	0,36
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	Total	2,47	Total	1,81
	Estados Unidos	0,99	Estados Unidos	0,67
	Bélgica	0,35	Alemanha	0,26
	Coreia do Sul	0,24	Coreia do Sul	0,25

Fonte: Veríssimo; Xavier (2014)

Percebe-se pela tabela acima que minérios de ferro e seus concentrados são vendidos em maior quantidade para China; Japão e Holanda obtendo-se um crescimento significativo entre os anos de 2000 e 2011.

A soja que era exportada para Holanda; China e Espanha em 2000 teve um crescimento significativo em 2011 para a China e uma redução para a Holanda.

Segundo Veríssimo; Xavier (2014) as commodities tiveram um papel fundamental para explicar o bom desempenho do comércio internacional do país, atrelado a um cenário de preços elevados destes produtos e uma demanda externa favorável. O mesmo autor explica que o crescimento se deu devido aos resultados econômicos da China, que passou a constituir junto com os EUA e a União Europeia, uma compradora relevante dos produtos brasileiros no mercado internacional.

3.3 Comércio Internacional

Esta seção aborda como funciona o comércio internacional, taxas, documentos, modais que são utilizados nos negócios internacionais brasileiros.

Tripoli (2016) explica que alguns documentos utilizados no processo de exportação ou importação são emitidos por intermédio do Siscomex; outros são elaborados pelo próprio exportador ou por outras entidades, como as Federações das Indústrias, comércios, agricultura, associações comerciais.

Conforme Souza (2013) o comércio exterior brasileiro apresentou oscilação nos últimos 3 anos de 2010 a 2012; em 2010 as exportações passaram de 1,36% para 1,44% em 2011, retraindo em 1,3% no ano 2012. Conforme os dados da organização mundial do comércio o Brasil caiu uma posição no ranking de importação, em 2012.

Conforme Scandolara (2010) os serviços logísticos de uma empresa são orientados para a atividade de gerenciamento de materiais, aprimorando a distribuição de produtos aos clientes. O autor afirma que a logística deve ser vista como elo entre o mercado e a atividade operacional da empresa.

Tem-se os seguintes modais de logística no utilizados no Brasil e nas exportações: Ferroviário; rodoviário; aéreo; aquaviário; dutoviário;

Robles (2015) conceitua que a logística internacional é o processo logístico referente à movimentação de mercadorias entre dois ou mais países e tem como propósito o atendimento das realocações espaciais dos inventários entre países, integra cadeias produtivas relativas a fornecedores, fabricantes, prestadores de serviços, transportadores, aduanas, consumidores e operadores.

Conforme Tripoli (2016) o órgão internacional controlador do transporte marítimo é o International Maritime Organization (IMO), que é responsável por promover a segurança e por adotar medidas de prevenção nessa modalidade de transporte. O transporte marítimo é o mais utilizado no comércio Internacional, é

realizado por navios em mares e oceanos, pois tem capacidade para transportar com menor custo praticamente todos os tipos de cargas.

Martins (2015) cita que o mar representa para o Brasil um enorme potencial estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País. Conforme o mesmo autor compete ao Ministério dos Transportes formular e coordenar a política nacional de transportes aquaviário, ferroviário e rodoviário, além de participar da coordenação dos transportes aeroviários.

Niegray (2016) conceitua o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi criado em 1999 e tem a missão de formular, executar e avaliar políticas públicas para a promoção da competitividade, do comércio exterior, do investimento e da inovação nas empresas e do bem-estar consumidor.

Cervo (2002) relembra que com a abertura do mercado brasileiro nos anos noventa criou um desafio novo para o comércio exterior a abertura destina-se pela lógica política. O Mercosul tornou-se sujeito de direito internacional pelo protocolo de Ouro Preto de 1994, podendo negociar sobre a arena internacional. O mesmo autor considera que o modelo de integração do Mercosul como união aduaneira imperfeita favoreceu o Brasil em termos de ganhos e perdas, o Brasil conservou sua autonomia decisória e soube usar o bloco em outros quadrantes.

Conforme Giraldi (2004) a rápida globalização dos mercados provocou um crescimento sem precedentes no comércio internacional nas últimas décadas. Devido a rápida ascensão das comunicações, transportes e fluxos financeiros ocorreram aumento na competição global;

Robles (2015) afirma que a formação dos blocos econômicos parte de intensas negociações entre os países formadores, isso envolve fortemente os governos e órgãos internacionais de comércio e de associação dos países.

Em Brasil (2009) o território aduaneiro compreende todo o território nacional, a zona primária é constituída pelas seguintes áreas demarcadas pela autoridade aduaneira local: área terrestre ou aquática; contínua ou descontínua nos portos alfandegados; área terrestre, nos aeroportos alfandegados; área terrestre que compreende os pontos de fronteira alfandegados e zona secundária, que compreende a parte restante do território aduaneiro, nela incluídas as águas territoriais e o espaço aéreo.

Machado (2009) conceitua imposto de importação, conhecido como tarifa aduaneira, é de competência da União Federal, se trata de um imposto com

implicações no relacionamento do País com o exterior. A função do imposto de importação é importante como instrumento de proteção da indústria nacional como instrumento de arrecadação de recursos financeiros para o tesouro público. O mesmo autor explica que se não existisse o imposto de importação, a maioria dos produtos industrializados no Brasil não teria condições de competir no mercado com seus similares produzidos em países mais desenvolvidos.

A principal atuação do imposto de importação, conforme Harada (2006 *apud* MELO, 2011) é para regular o comércio internacional. Sua atuação se dá pela proteção da indústria nacional na maneira em que protege os produtos internos de uma competição desleal com produtos externos.

3.3.1 Custos e considerações de transporte para exportação

Esta subseção apresenta regras e principais cuidados que se deve ter em transporte de materiais para exportação, sabe-se que o principal modal de transporte usado no comércio internacional é o Navio e Rodoviário dentro principalmente da América Latina que faz divisa com o Brasil.

Saraceni (2012, p. 64) explica que o contrato de afretamento (COA) é o compromisso de o fretador movimentar para o afretador, dentro de um determinado período de tempo, um volume de carga entre áreas ou porto de carga e descarga. No afretador os tributos e outras despesas relativas. Na indústria de óleo e gás, o COA é muito utilizado na época em que as mercadorias eram vendidas a preços estabelecidos por toda a vigência do contrato entre vendedor e comprador. O mesmo autor explica que havendo fixado preço da commodity na origem, é de interesse do comprador garantir estabilidade do preço no destino.

A tabela a seguir exemplifica os principais contrastes entre os afretamentos por tempo e a casco nu.

Tabela 7 – Principais contrastes entre os afretamentos por tempo e a Casco Nu.

Custos do Fretador (Gestão Operacional)	Custos do Afretador (Gestão Comercial)
Todas as provisões, salários, taxas de expatriação e repatriação do comandante, oficiais e tripulantes; todos os seguros do navio (exceto por prêmios adicionais do seguro de risco de guerra); todas as provisões e água para convés, cabines e casa de máquinas; docagem seca, vistorias, manutenção e reparo do navio; certificados de fumigação e desratização; taxas de alfândega e impostos de importação surgidos a qualquer tempo durante o afretamento, se relacionados com propósitos pessoais do comandante, oficiais ou tripulantes, às provisões e aos propósitos acima mencionados. Além disso, quaisquer montantes admissíveis em avaria grossa relativos a salários da tripulação e provisões serão creditados ao afretador, desde que referentes ao período do contrato.	Todo o combustível (exceto o usado para serviços domésticos), rebocadores, práticos, taxas de agenciamento marítimo, custos portuários, comissões, despesas de carregamento e descarregamento de cargas, taxas de canal e todos os custos não listados como por conta do fretador, desde que estes não sejam incorridos, empregados ou consumidos enquanto o navio esteja fora de aluguel. Qualquer combustível consumido em esforço de avaria grossa será pago pelo fretador.

Saraceni (2012)

A tabela 6 exemplifica todos os custos que recaem sobre uma commodity como o Petróleo e seus derivados, taxas de alfândega e impostos de importação são exemplos de custos do fretador e taxas de agenciamento marítimo, custos portuários, comissões, despesas de carregamento e descarregamento são por conta do afretador.

Casco Nu conforme Saraceni (2012) é o contrato em virtude do qual o afretador tem a posse, o uso, o gerenciamento e controle da embarcação, por um período predeterminado.

Tabela 8 – Principais contrastes entre afretamento por tempo e a Casco Nu

Situação	Afretamento por Tempo (Gestão Comercial Transferida para o Afretador)	Afretamento a Casco Nu (Gestões Operacional e Comercial Transferidas para o Afretador)
Avaria grossa	O fretador contribui na avaria grossa.	O fretador não contribui na avaria grossa.
Suspensão de aluguel (off-hire)	Caso o navio apresente defeito ou não possa operar, por motivo técnico ou documental, ou seja declarado perdido ou desaparecido, há suspensão do pagamento do aluguel.	O pagamento do aluguel não é suspenso caso o navio apresente defeito ou não possa operar por motivo técnico ou documental. Caso o navio seja declarado perdido ou desaparecido há a suspensão do pagamento do aluguel.
Seguros de casco e de risco de guerra	São pagos pelo fretador.	São pagos pelo fretador, salvo se expressamente concordado o contrário. Neste caso, o fretador também será responsável por manter o navio devidamente classificado e certificado durante a vigência do contrato.
Seguro P&I	É pago pelo fretador.	É pago pelo afretador.

Saraceni (2012)

A tabela acima só exemplifica as diferenças entre o afretamento por tempo e por Casco Nu, esse tipo de negociação acontece em exportação de Petróleos e seus derivados.

Com relação ao transporte de commodities, o transporte da soja, em específico, pode ser feito por três modais: o hidroviário, o ferroviário e o rodoviário, sendo em 2000 o rodoviário o transporte com maior absorção pelo mercado brasileiro, correspondendo 60%, principalmente para exportação aos países do Mercosul, 20,9% corresponde ao transporte ferroviário, 13,9% corresponde ao hidroviário e 8% aéreo ou dutoviário. (BENEDETTI et al, 2012).

3.4 Crise mundial e crise financeira no Brasil

Lucon; Goldemberg (2009) explica que a crise financeira apresenta principalmente uma imediata redução da atividade econômica e o desemprego. A forte queda do preço do petróleo, se deve ao fato da crise e à retração do crédito. Os mesmos autores comparam que no passado o petróleo era vendido diretamente pelos produtores às empresas que o refinavam e depois vendiam às distribuidoras, porém

nos últimos anos, o petróleo entrou para a categoria de *commodities*, a mesma situação ocorreu com o gás natural.

De acordo com Baltar (2015) a crise mundial interrompeu o crescimento da economia brasileira no último trimestre de 2008. O principal impacto foi sobre a exportação e o investimento, que diminuíram fortemente em 2009. O mesmo autor afirma que a exportação de *commodities* cobriu o crescente *déficit* do comércio com produtos manufaturados.

Trevizan (2017) reflete que o cenário econômico em 2016 foi diferente em 2010 por uma série de fatores internos e externo. Em 2010, o Brasil vinha em uma evolução grande em todos os aspectos, com a casa mais ou menos arrumada com o boom das *commodities*. O mesmo autor lembra que após a crise internacional de 2008, o governo brasileiro adotou políticas para estimular o consumo interno para evitar que o Brasil embarcasse na recessão dos outros países. Em 2008 o cenário externo ajudava, especialmente pelo preço das *commodities* que estavam em alta. O Brasil é um grande exportador de *commodities* como soja e minério de ferro, sendo a alta dos preços um efeito positivo para a economia do país.

Os indicadores na figura abaixo exemplificam um momento antes da crise em 2010 x durante a crise em 2016.

Figura 4 – A economia brasileira antes e depois da crise de 2010 x 2016



Fonte: Trevizan (2017)

Percebe-se em análise a figura, claramente o impacto da crise na economia brasileira, sendo a maior crise registrada o PIB despencou de 7,5% em 2010 para -3,6% em 2016, o desemprego subiu de 7,4% em 2010 para 12% em 2016, a crise atingiu a todos os brasileiros e principalmente à economia. O dólar em relação ao real teve um salto de 1,67 (reais) em 2010 para 3,25 (reais) em 2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou atender seu objetivo geral: Realizar um estudo sobre os aspectos positivos e negativos sobre a exportação de commodities frente a crise econômica do Brasil. A consecução do objetivo geral se fez pelos objetivos específicos: identificar quais commodities mais sofreram com a crise no Brasil; analisar o cenário das commodities no Brasil no período de 2010 a 2016 e descrever os dados de pesquisa.

A partir do primeiro objetivo percebeu-se que por mais que o desemprego e a crise tenham atingido o Brasil em diversos setores, no mercado de *commodities* não se observou uma queda significativa, o produto que mais exportou foi a soja, seguido do minério de ferro; petróleo, frango e açúcar. O trigo também teve uma parcela de

lucro, porém cresceu-se principalmente o atendimento do trigo no mercado interno. De acordo com a pesquisa foi no período de desvalorização do real que o agronegócio teve um momento de queda, porém a partir disto, percebeu-se nos dados de pesquisa que China e países Asiáticos compraram grandes volumes de alimentos in natura do Brasil, sendo este também o principal país que fornece matérias primas e insumos para o Brasil, a China foi o primeiro cliente em grão, porém pela literatura constatou-se que a União Europeia é o maior cliente de *commodities*, além do mais com as alianças do Mercosul o Brasil exportou principalmente para nossos países vizinhos, o principal foi a Argentina. O modal de transporte utilizado pelo Brasil para exportações é o rodoviário e aquaviário, sendo que as *commodities* necessitam de cuidados específicos no transporte, visto que são produtos perecíveis, como por exemplo o frango, que necessita de um transporte refrigerado. O custo de transporte também se observa como um entrave para a exportação de *commodities* e outros produtos, pois estes têm custos além do transporte também de taxas alfandegárias, de agenciamentos marítimos, custos portuários, comissões, despesas de carregamento. Conclui-se que apesar da crise financeira no Brasil está não atingiu significativamente o setor de *commodities*, e sim produtos industrializados, manufaturados que não foi o foco desta pesquisa. Percebeu-se uma dificuldade de dados atualizados na literatura. Sugere-se para estudos futuros realizar um estudo sobre o impacto da crise financeira na economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ABIMAQ. **Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos**. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Barreiras-Tarif%C3%A1rias-e-n%C3%A3o-tarif%C3%A1rias>, acesso em: 05/12/2017.

ANDRADE, R. L, P. **Consequências positivas das barreiras não tarifárias no comércio internacional de produtos do agronegócio: o caso da cadeia da carne bovina**. Tese de doutorado publicado em 2007. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/tese_rafael_de_andrade.pdf, acesso em: 05/12/2017.

ABRÃO, J. **Resumo das barreiras ao comércio internacional**. Artigo publicado em 2011. Disponível em: <https://universoadministracao.blogspot.com.br/2011/12/resumo-das-barreiras-ao-comercio.html>, acesso em: 14/11/17.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. **Radiografia do comércio exterior Brasileiro: Passado, presente e futuro**. Artigo publicado em: janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>, acesso em 05/10/2017.

BALTAR, P. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Artigo publicado em fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf, acesso em: 07/11/17.

BAUMANN, R. **Mercosul, avanços e desafios da integração**. Artigo publicado em 2001. Disponível em: [S3821B347M_pt.pdf](#), acesso em: 25/11/2017.

BERTO, A, R. **Barreiras ao comércio Internacional**. Artigo publicado em 2004. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2004/pdf/65.pdf>, acesso em: 02/12/2017.

BRASIL 1996. Lei 5172 de 25 de outubro. **Sistema Tributário Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm, acesso em: 29/11/2017.

BRASIL, 2009. Decreto 4.543 de 26 de dezembro de 2002. Revogado do decreto 6.759 de 2009. **Jurisdição Aduaneira e do controle**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4543impressao.htm, acesso em: 30/11/2017.

BENEDETTI, M; MARTINS, R. A; RIBEIRO, D; PAES, P; MARTINEZ, M. C; JUNIOR, W. C. **A competição no setor de commodities baseada no uso do transporte intermodal**. Artigo publicado em setembro de 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GOL2888.pdf, acesso em 22/11/2017.

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO. **Commodities**. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listadosavistaederivativos/commodities/futuro-de-cafe-arabica-tipo-4-5.htm, acesso em: 10/11/2017.

CASTRO, J. R. **As commodities e seu impacto na economia do Brasil**. Artigo publicado em: março de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>. Acesso em: 01/08/2017.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais do Brasil**: um balanço da era Cardoso. Artigo publicado em jan a jun de 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100001&script=sci_arttext, acesso em: 25/11/2017.

CORRÊA, A. **Crise muda perfil das exportações brasileiras**. Artigo publicado em 2009. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090908_crise_exportacoes_ac_np, acesso em: 10/10/2017.

EMBRAPA. **Produção de soja no Brasil cresce mais de 13% ao ano**. Artigo publicado em: julho de 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/25242861/producao-de-soja-no-brasil-cresce-mais-de-13-ao-ano>, acesso em: 07/11/2017.

FORJAZ, M, C, S. **Percalços da Estratégia Sul/Sul: A Política Externa do primeiro governo de Lula**. Artigo publicado em 2006. Disponível em: <https://fichasmarra.wordpress.com/2010/12/19/percalcos-da-estrategia-sulsul-a-politica-externa-do-primeiro-governo-lula/>, acesso em: 07/2017.

GIRALDI, J. M. **A importância da imagem do país de origem na internacionalização de produtos brasileiros**. Artigo publicado em agosto de 2004. Disponível em: http://www.unifal.com.br/Bibliotecas/Artigos_Cientificos/INTERNACIONALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20PRODUTOS%20BRASILEIROS.pdf, acesso em: 28/09/2017.

GONÇALVES, R. Crise econômica: **Radiografia e soluções para o Brasil**. Artigo publicado em 2008. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/crise_economica_radiografia_e_solucoes_para_o_brasil_29_outubro_2008.pdf, acesso em: 07/11/17.

GUIMARÃES, A, C; SIQUEIRA, R. B. **Tarifa Externa Comum (TEC): estrutura, definição e histórico de mudanças**. Artigo publicado em 2011. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/1374/1347>, acesso em: 15/10/2017.

GUIMARÃES, M. **Mercosul aprova código Aduaneiro e elimina bitributação**. Artigo publicado em agosto de 2010 jornal Estadão. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-aprova-codigo-aduaneiro-e-elimina-bitributacao,30076e>, acesso em: 15/10/2017.

JANK, M. S; NASSAR, A. M; TACHINARDI, M.H. **Agronegócio e comércio exterior Brasileiro**. Artigo publicado em: dezembro/fevereiro de 2004-2005. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:NFM0HUHJlnoJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5, acesso em: 05/05/2017.

JUNIOR, A. A. B; HIRAKURI, M. H; FRANCHINI, J. C; RIBEIRO, R. H. **Análise da área, produção e produtividade da soja no Brasil em duas décadas (1997-2016)**. Artigo publicado em: fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/web/mobile/publicacoes/-/publicacao/1065512/analise-da-area-producao-e-produtividade-da-soja-no-brasil-em-duas-decadas-1997-2016>, acesso em: 08/11/2017.

JUNIOR, E. P. **A globalização e o direito do consumidor: aspectos relevantes sobre a harmonização legislativa dentro dos mercados regionais**. Barueri, SP: Manole, 2003.

KUME, H. PIANI, G. **Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio**. Artigo publicado em out-dez de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n4/28289.pdf>, acesso em: 15/10/2017.

LUCON, O; GOLDEMBERG, J. Crise financeira, energia e sustentabilidade no Brasil. Artigo publicado em 2009. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/11912/art_GOLDEMBERG_Crise_financeira_energia_e_sustentabilidade_no_Brasil_2009.pdf?sequence=1&isAllowed=y, acesso em: 29/11/2017.

MACHADO, H. B. **Curso de direito tributário**. Publicado em 2009. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39711380/Curso_de_Direito_Tributario_Hugo_de_Brito_Machado.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1512005565&Signature=SjjOfCX%2B2WV%2FqxO533d%2FUp7KAGE%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DCurso_de_Direito_Tributario_Hugo_de_Brito_Machado.pdf, acesso em: 28/11/2017.

MARIANO, M, P. **A Política externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. Artigo publicado em 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106294/mariano_mp_dr_arafcl_prot.pdf?sequence=1, acesso em: 27/11/2017.

MARTINS, A. C. M. G. **Protecionismo: uma análise teórica e prática da sua aplicação.** Artigo publicado em 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109387/000935151.pdf?sequence=1>, acesso em: 23/10/2017.

MARTINS, E, M, O. **Curso de direito marítimo, volume III: contratos e processos.** Barueri, SP: Manole, 2015.

MELO, A, C, C. **A Eliminação da dupla tributação da Tarifa Externa Comum no Mercado Comum do Sul – Mercosul.** Artigo publicado em 2011. Disponível em: https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1087/106138_Ana.pdf?sequence=1&isAllowed=y, acesso em: 28/11/2017.

MERELES, C. **MERCOSUL: Conheça o funcionamento do bloco econômico.** Artigo publicado em agosto de 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/mercosul-conheca-o-funcionamento-do-bloco-economico/>, acesso em: 15/10/2017.

NYEGRAY, J, A, L. **Legislação aduaneira, comércio exterior e negócios internacionais,** Curitiba: Intersaberes, 2016.

PEIXOTO, M, de A, F. **Avaliação do impacto do Mercosul para as importações Brasileiras no período de 2008 a 2014.** Artigo publicado em: 2015. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/3346?show=full>, acesso em: 28/11/2017.

PRATES; D. M; CUNHA, A. M; LÉLIS, M. T. C. **O Brasil e a crise financeira global: avaliando os canais de transmissão nas contas externas.** Artigo publicado em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v15n1/a03v15n1>, acesso em: 07/11/2017.

REGO, B. R. **O mercado futuro e a comercialização do café: influências, riscos e estratégias com o uso de Hedge.** Artigo publicado em março/junho de 2012. Disponível em: <https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v7n1/v7n1a1.pdf>, acesso em: 22/10/2017.

SARACENI, P. P. **Transporte marítimo de petróleo e derivados.** 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.

SASAKI, F. **Mercosul: o maior bloco latino-americano enfrenta sua pior crise.** Artigo publicado em setembro de 2016. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/mercosul-o-maior-bloco-latino-americano-enfrenta-sua-pior-crise/#>, acesso em: 15/10/2017.

SITE <http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>. **indicadores da balança comercial Brasileira.** Disponível em: <http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial/brasil>, acesso em 10/10/2017.

SESSA, C.B; SIMONATO, T.C; DOMINGUES, E.P. **O ciclo das commodities e crescimento Regional desigual no Brasil: uma aplicação de equilíbrio geral computável.** Artigo publicado em: 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_l/i109cf78fd1d3fa26e636775ed338ffa035.pdf, acesso em: 07/11/17.

ROBLES, L. T. **Logística internacional.** Rio de Janeiro: Sesus, 2015.

SILVEIRA, B, B. **A dependência Brasileira na importação de trigo entre 1990 e 2010.** Monografia publicada em 2011. Disponível em: https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/1636/104383_Barbara.pdf?sequence=1&isAllowed=y, acesso em: 10/12/2017.

SOUZA, Reginaldo da Silva. **A logística internacional e comércio exterior Brasileiro: Modais de transporte, fluxos logísticos e custos envolvidos.** Artigo publicado em outubro de 2013. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/631831.pdf>, acesso em: 25/07/2017.

SCANDOLARA, N. L. **Logística como suporte de um modelo de transporte para laminados de madeira.** Artigo publicado em 2010. Disponível em: <http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/141/Dissertacao.pdf>, acesso em: 20/07/2017.

TREVIZAN, K. **Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico.** Artigo publicado em: março de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>, acesso em: 30/11/2017.

TRIPOLI, A.C. K. **Comércio Internacional:** teoria e prática. Curitiba: Intersaberes, 2016.

VERÍSSIMO, M. P; XAVIER, C. L. **Tipos de Commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil.** Artigo publicado em: 06/10/2014. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_18.2_05_Tipos-de-commodities-tx-cambio-crescimento-economico.pdf, acesso em: 02/11/2017.